



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ata nº 7/2022-----

-----4ª Sessão Extraordinária de 2022 – Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 14 de julho de 2022 -----

-----Aos catorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, em cumprimento da convocatória, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Extraordinária, realizada no Auditório do Museu Municipal, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência da sua Presidente, **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café** e **Sheila Gassin Tomé**, respetivamente Primeiro e Segunda Secretária da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Cristiano Malha Gregório	Partido Socialista
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Cristina Maria de Sousa Velha	Partido Social Democrata
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Pedro Jorge Marques Moreira	Partido Socialista
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Daniela Marlene da Conceição Duarte	PAN
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	Bloco Esquerda
Luis Filipe Custódio	CHEGA
Carlos Alberto Osório	Partido Socialista
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Maria da Luz Santana Nunes – Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Ivo Miguel Inácio Carvalho– Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes – Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Marina de Carvalho Esteves	1 dia	14/07/2022	Cristiano Malha Gregório

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo:-----

NOMES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
João Vasco Gambôa	Vereador – Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



José Pedro Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA
Ana Maria Chapeleiro Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata

-----Por Parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não estiveram presentes: -----

Isilda Maria Prazeres Vargues Gomes	Presidente – Partido Socialista
Luis Manuel de Carvalho Carito	Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

----- Quando eram vinte e uma horas e oito minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **4ª Sessão Extraordinária de 2022**, cumprimentando todos os presentes e começando por informar que tem dois pontos da ordem de trabalhos que têm a ver com aquilo que nós chamamos o Vai e Vem e, portanto, são dois procedimentos cuja autorização depende dos termos do Contrato de Concessão do serviço público de Transporte de Passageiros Regular por modo rodoviário no município de Portimão, depende digamos assim de deliberação da Assembleia Municipal. Referiu que a senhora Presidente enviou um ofício, informando que por motivos imponderáveis, não seria possível estar presente hoje na quarta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal. -----

-----Em Seguida, começou por explicar que foi rececionada uma inscrição, para o **ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos**. -----

-----Assim, começou por conceder o uso da palavra, à cidadã inscrita, **Diamantina Barnabé**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Considerando que, na assembleia que se realiza, hoje, 14/07/2022, o tema em discussão é o do transporte rodoviário público, vejo necessidade imperiosa de pronunciar-me com uma opinião também partilhada por muitas outras pessoas.---- Assiste-se cada vez mais, a uma população exigente, cidadina, moderna, que procura os serviços necessários para uma vida melhor, que permita uma interação social mais facilitada.----- Seja numa cidade, numa vila, numa aldeia ou num país, pensamos seguramente nos serviços, que tornam mais facilitada a vida de toda a população. Os transportes públicos, no concelho de Portimão, os rodoviários, não são exceção, revestindo-se de extrema importância para minimizar os constrangimentos de deslocação das pessoas. -----

----- Acresce que é importante a consciencialização, por parte da administração local, de que a organização dos espaços públicos de forma assertiva, influenciam positivamente a vida quotidiana da população e bem assim a sua interação social.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Há muitos serviços destinados a servir a população, como a saúde, a educação e os transportes.-----

----- Os transportes, os públicos, devem ser tendencialmente gratuitos, mas simultaneamente economicamente sustentáveis, sem visar o lucro, mas sim a melhoria sistemática do serviço, através da sua atualização permanente. -----

----- Focando no transporte público, trata-se de um serviço fundamental para permitir o acesso às necessidades da população, nomeadamente, para facilitar a deslocação de um ponto a outro. Um concelho será mais evoluído quanto melhor e mais eficiente for o transporte público. Assim, este transporte trará mais liberdade para as pessoas, para que possam realizar também outras atividades e consequentemente quanto mais agradável for o transporte maior será o benefício para a população. -----

----- Portimão, é um concelho com diversas necessidades, uma delas, a de melhorar a qualidade do serviço de transporte público oferecido atualmente.-----

----- Todos, todos os que têm pelouros nesta área, são elementos fundamentais e com responsabilidade para promover a melhoria tão desejada por parte da população. -----

----- Em qualquer concelho poderemos encontrar muitos utentes deste serviço, a saber: -----

----- Residentes (estudantes, seniores, trabalhadores e restante população) -----

----- Não residentes (estudantes, seniores, trabalhadores, visitantes e turistas) -----

----- Toda a população é crítica relativamente ao serviço público e à sua gestão. No que respeita aos transportes públicos, a população, sobretudo os utentes, comparam os transportes existentes no nosso concelho com os de outros concelhos ou países, por força de conhecerem outras realidades. Sabendo-se ser possível melhorar sempre, sempre, o serviço de transporte existente, há que procurar corresponder positivamente a todas as necessidades dos utentes com vista a melhorar horários, tempos e redes, bem como modernizar e requalificar a qualidade do serviço prestado.-----

----- Há muitas vantagens para um município, quando se promove um serviço de transporte eficiente, a saber: -----

1.Diminui o trânsito rodoviário, bem como os acidentes; -----

2.Reduz a quantidade de alcatrão e permite realocar espaços, para espaços verdes e parques; --

3.Diminui a emissão de gases poluentes e reduz o aquecimento global e da própria cidade; -----

4.Diminui a pressão do estacionamento; -----

5.Diminui o ruído, diminui o stress e melhora a qualidade de vida da população; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Temos um Algarve rico, uma região caracterizada por oferecer sol e praia e promover turismo e lazer. Mas Portimão, Portimão concelho, composto por 3 freguesias, Portimão, Alvor e Mexilhoeira Grande, todas estas igualmente importantes, é muito mais que sol e praia. É um concelho rico de paisagem natural, tanto no litoral como no interior. É também um concelho dotado de diversos produtos regionais, produzidos nas diversas freguesias, estes excelentes produtos de atração turística. -----

----- Para que possamos incrementar valor ao serviço de transporte público existente, melhorar a oferta e adequar às necessidades da população (utentes), quer sejam residentes ou não residentes, há que sermos mais exigentes e conhecedores da realidade atual e da real procura. -----

----- Todos, todos nós, temos o dever de ser utentes num serviço público, de transportes, cujas vantagens foram já enumeradas e cujo objetivo é servir e melhorar a qualidade de vida de todos, inclusive a vossa, a dos detentores de cargos públicos, com capacidade de decisão de matérias tão importantes como a que hoje vão debater. -----

----- Eu sou utente do serviço de transporte público em Portimão e represento aqueles que sentem as mais básicas necessidades de melhorar a oferta existente. -----

----- É público, que têm vindo a esta assembleia algumas propostas para melhoria do serviço de transporte público existente. Questiono o seguinte: -----

Por que motivo há paragens ou postaletes de vai e vem, sem manutenção e que não estão devidamente assinaladas há já vários anos, impedindo que o utente e o potencial utente usem o serviço? -----

----- Por que motivo há paragens ou postaletes sem horários e rotas afixadas? -----

----- Por que motivo os horários e rotas afixadas são de difícil leitura e de tamanho de letra muito reduzido? -----

----- Por que motivo a oferta do fim de semana é tão reduzida impedindo o acesso a um serviço de qualidade durante 7 dias/semana? -----

----- É imperioso que todo o executivo, que todos os membros políticos considerem o tema dos transportes, com o devido enlevo e que saiam dos gabinetes e procurem identificar no terreno as reais necessidades que são muitos mais do que as agora enumeradas. -----

Precisamos de maior celeridade, precisamos de melhorar os serviços do concelho, precisamos de oferecer mais serviços públicos, e sempre com a máxima qualidade. -----

Ganhará Portimão, ganhará Portugal!» -----

-----Terminado o período designado para a intervenção dos cidadãos, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou abertas as inscrições para quem pretendesse usar



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



da palavra relativamente ao **Ponto 2.a)** Discussão e votação da proposta de autorização para a celebração, por parte da Câmara Municipal, do Primeiro Aditamento ao "Contrato para Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular por modo Rodoviário no Município de Portimão" – **Contrato nº24/2022**, ao abrigo da alínea p) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09 – Autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais - **Deliberação de Câmara nº 489/22**. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para esclarecer que há dois tempos atribuídos por cada assunto, mas provavelmente no âmbito da discussão, eles vão cruzar-se a discussão e queria chamar a atenção desse aspeto, mas haverá tempo para os dois. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que na realidade este contrato já foi aqui trazido à Assembleia, agora trata-se de uma alteração que pretendem então fazer, dado o período de transição. Portanto, o um, é o período de transição, noutro é para começarmos com o contrato no dia 1, que é para assim não criarmos transtorno às pessoas, também por causa dos passes e ficava tudo uma vez que já tivemos o visto do tribunal de contas e foi esta a nossa pretensão, e é esta a nossa pretensão. Perante isto, pedia-lhe para passar a palavra aqui ao senhor vereador José Cardoso, que é ele que tem este pelouro. Obrigado.

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que para ser muito sintético, o que está aqui em causa, é o culminar de um processo que já vai longo, que se iniciou mais ou menos em 2018 e que tem a ver, como já teve oportunidade de dizer aqui nesta Assembleia, com o cumprimento daquilo que foi a entrada em vigor do novo regime jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, que obrigava a que todas as câmaras, autoridades municipais de transportes, ou seja, que tenham transportes municipais, submetessem à concorrência a operação dos seus transportes municipais. Foi isso que nós fizemos, nós lançámos um concurso público em maio de 2019, em dezembro de 2021, deu-se a decisão de adjudicar este contrato de concessão, que é por um período de sete anos. Esse contrato veio a esta Assembleia, foi amplamente discutido, foi aprovado nesta Assembleia e seguiu para tribunal de contas. -----

----- Eu vou-me dispensar de explicar novamente esse contrato, até porque ele já foi discutido aqui e é do conhecimento público e os senhores deputados têm esse contrato de concessão, que irá vigorar nos próximos sete anos, mas queria só explicar do que é que se trata esta adenda. Obviamente esse contrato, portanto no final de 2019 tinha que ir para tribunal de contas e para



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



visto do tribunal de contas. E esse contrato previa e bem, dada a complexidade da operação e a complexidade jurídica, a necessidade de preparação por parte do operador por um período de transição de seis meses, para início da operação, ou seja, para a sua entrada em vigor. -----

----- Como era necessário, e durante este processo a nossa principal preocupação, foi a manutenção do serviço público, ou seja, nós e todas as autarquias que estão no país inteiro a tratar deste processo, têm tido como principal preocupação, a manutenção dos seus serviços públicos durante este período. E então o que fizemos, foi um contrato transitório por um período de seis meses, que também veio aqui a esta Assembleia, que também foi discutido nesta Assembleia e que entrou em vigor em janeiro deste ano e que durará agora até dia dezassete deste mês, que era o contrato transitório que servia o propósito que acabou por servir, que é, durante o período de preparação do operador para entrar em vigor o novo contrato, durante o período da obtenção do visto do tribunal de contas do novo contrato, todas essas démarches tinham que ser feitas, era necessário ter este período e garantir a manutenção do transporte público. Portanto, fizemos este contrato transitório que termina agora e terminou, visto que temos agora o visto do novo contrato, acaba por ter cumprido o seu propósito e agora vamos entrar com o novo contrato em vigor, a partir do dia 1 de agosto, e porquê o dia 1 de agosto. Ora, como este período de transição, este período serviu para todos os trabalhos preparativos, é de todo o interesse público que este contrato entre em vigor o mais depressa possível, porque ele tem uma rede otimizada, porque ele é uma concessão, porque ele tem um conjunto de mais valias que estão na base da sua elaboração, e o que queremos e falámos com o operador, o operador concordou que de facto entrando agora em vigor o novo contrato com o visto do tribunal de contas, não se justificava a partir de agora usar um período de transição de seis meses até este contrato entrar em vigor, e acordou-se que o período de transição necessário bastaria um mês, até porque o contrato como está plasmado, entrou em vigor no dia 1 do mês a seguir ao mês em que houve o visto do tribunal de contas, portanto entrou em vigor no dia 1 de julho. Ora, entrou em vigor no dia 1 de julho, com um período de transição de seis meses.

----- O que nós estamos aqui a fazer, é reduzir esse período de transição de seis meses para um mês, para que ele entre em vigor no dia 1 de agosto. Como devem calcular, uma operação desta natureza, também não faz sentido ser iniciada a meio de um mês, estamos a falar de passes emitidos, estamos a falar de uma linha que vai ter alterações e, portanto, começar este contrato a 18 de julho e não a 1 de agosto seria no mínimo estranho em termos de operação. Deste modo, o segundo ponto e junto aqui o segundo ponto para poder explicar o encadeamento destes dois pontos, trata da prorrogação do atual contrato de seis meses, daquele que está a decorrer desde janeiro até agora, para um período de quinze dias. Essa prorrogação serve única e simplesmente o propósito



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de, visto que o novo contrato vai entrar em vigor dia 1 de agosto e este contrato transitório de seis meses termina dia 17 de julho, Prorrogamos o contrato por mais quinze dias, para acautelar estes quinze dias de operação, ainda com este contrato transitório e dia 1 de agosto teremos um novo contrato em vigor. -----

----- Estes dois pontos são pontos meramente administrativos. Portanto, o novo contrato de concessão já foi amplamente discutido aqui, vocês conhecem o contrato, têm o contrato, se tiverem alguma dúvida podemos discuti-lo um pouco, mas essencialmente são esses os pontos, portanto a nova operação no Vai e Vem é isto que vos queria dizer aqui. Iniciar-se-á o novo contrato de concessão que é para sete anos, para os próximos sete anos, com uma nova rede, com uma rede otimizada. Vamos ser o primeiro município do Algarve a ter metade da frota elétrica, portanto que vai reduzir significativamente as suas emissões no transporte público. Portanto, este processo de melhoria está a decorrer, está a decorrer há muito tempo e deixem-me dizer-vos outra coisa. Os Vai e Vem vão passar a ter o WI-FI, vamos ter Vai e Vem elétricos, vamos ter um sistema de bilhética, que é um sistema de bilhética que permite controlar a procura da nossa rede em tempo útil e na hora, para conseguir perceber quais são as necessidades da oferta e da alteração que vamos sentindo com o decorrer da utilização da linha. Acautelamos na nova rede, a nova rede é essencialmente uma rede similar à antiga, apenas tem menos sinuosidade no seu traçado e, portanto, o nível de cobertura é idêntico, e com menos sinuosidade tem percursos mais diretos, e com isso foi possível utilizar os quilómetros que se tirou da sinuosidade da linha, para acautelar algumas reivindicações muito antigas da população em alguns sítios do município, como é o caso por exemplo da oferta ao domingo em algumas zonas da cidade, nomeadamente na Companheira, Montes de Alvor, oferta noturna, oferta ao fim-de-semana, questões relacionadas com o transporte dos alunos da Mexilhoeira Grande para a escola da Bemposta, que faz parte do seu agrupamento. Há um conjunto de melhorias em todas as linhas, que foram acauteladas num estudo que foi feito da atual linha, e que acautela as necessidades da população que foram sendo recolhidas ao longo deste tempo. Portanto, é uma linha nova, mas é muito similar à anterior, tem estas melhorias, o Vai e Vem também tem estas melhorias e agora vai ser monitorizada numa forma permanente e permanentemente vamos perceber, isto vai ser um processo de melhoria contínua, o que queremos é que o Vai e Vem se torne mais atrativo, que haja mais jovens estudantes a utilizar o Vai e Vem, que haja mais população a utilizar o Vai e Vem, e este processo de melhoria contínua vai decorrer, não pára aqui, começa aqui, com este contrato de concessão de sete anos, temos todos os mecanismos no contrato para monitorizar a mobilidade do serviço e para melhorar a linha ao longo do tempo. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Deixem-me dar-vos outra nota só muito importante, e senhor Vice-Presidente, para ser breve. O Vai e Vem, antes deste regime jurídico e deste modelo de concessão, era uma prestação de serviços. A Câmara pagava dois milhões de euros pelo Vai e Vem por ano, independentemente da qualidade do serviço e da utilização do serviço. A bilheteira revertia a favor do município, o que significa que o operador não tinha nenhum interesse em melhorar o serviço, porque tinha uma receita que tinha a ver com a operação, que era uma receita fixa de uma prestação de serviços. Agora não, nós agora pagamos um valor de mercado pela disponibilização do serviço público que é obrigatório por lei pagar, mas que foi, visto que submetemos esta rede à concorrência, foi apurada por valores de mercado, é muito inferior, é inferior a um milhão de euros por ano, portanto é menos de metade e a bilheteira fica para o operador, sendo que aqui há um interesse do operador em ter um serviço público de qualidade, porque tem obviamente uma concessão e precisa e tem aqui um incentivo para ter uma rede mais eficiente. Nós somos o regulador desta rede, nós vamos monitorizá-la, perceber onde é que ela tem falhas, melhorá-la permanentemente, mas pusemos de lado o operador, um incentivo e uma responsabilização na melhoria do serviço permanente e do nosso lado, acautelar as necessidades da população e ter uma rede que sirva Portimão e as necessidades dos portimonenses, no fundo é só isto. Obrigado. -----

-----Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada "Coligação Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que ouviu com atenção a intervenção do senhor vereador José Cardoso, e começa por dar aqui uma nota à senhora Presidente. Antes de mais, constatei ainda agora que o ar condicionado da sala está avariado, o que é um facto que tenho que lamentar numa noite de sueste e de calor intenso, esperemos que não seja só a meteorologia a animar aqui e a aquecer o ambiente, mas a meteorologia já por si é motivo suficiente para estarmos aqui a transpirar e relativamente quentes. -----

----- Relativamente aos temas que nos trazem aqui e começando por este, o senhor vereador José Cardoso, disse aí a dado passo da sua intervenção, que aquilo que nos traz aqui hoje é uma decisão administrativa. Ora, eu lamento dizer que não é uma decisão administrativa e os documentos que aqui nos trouxeram e que sustentam estes dois pontos, demonstram isso à saciedade. Trata-se de neste primeiro ponto que estamos a discutir agora, de encurtar o período de transição de seis meses para um mês. E é uma decisão que nesta altura, não sei se daqui a um mês, ou dois, ou três, não poderei mudar de opinião, mas nesta altura parece-me que interessa sobretudo ao município. Porque lá está como foi aqui dito, passa para o concessionário o ónus da exploração e da melhoria



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



do serviço e, portanto, o município lava as mãos e passa a ser da responsabilidade aqui do concessionário, realmente todas as questões relacionadas com a prestação do serviço. -----

----- Bom, mas há aqui questões que vêm aqui na proposta, que no fundo justificam na ótica de quem apresentou a proposta, que é o executivo, esta antecipação, ou este encurtamento do período de transição. Fala-se aqui aquilo que o senhor vereador já disse, a modernização dos veículos, o Wi-fi é uma medida simpática e muito moderna, senão mesmo pós moderna, enfim, não diria que fosse o mais importante se calhar nos autocarros. Eu preferia que me dissessem e pergunto diretamente, destes dez veículos novos, qual é a percentagem destes dez veículos na frota total. Mais, qual é a percentagem de veículos não poluentes, nomeadamente elétricos ou híbridos, no número total de veículos a operar no município. Isso não vem aqui e isso é que era importante saber. Porque quando se fala em soluções ambientalmente mais sustentáveis, enfim, se esta percentagem de veículos elétricos ou híbridos for muito diminuta, bom, é um passo positivo, mas se calhar é muito insuficiente. -----

----- Depois, há aqui questões relacionadas com o serviço propriamente dito, e embora seja do interesse, ou vá ser do interesse a partir do próximo mês de agosto do concessionário melhorar o serviço, há aqui questões que são de interesse público e, portanto, interessam-nos a todos e interessam em primeira linha ao município e às populações que são servidas pelo serviço. Não é só ao concessionário. -----

----- De facto, foram aqui faladas algumas questões que são muito importantes, a própria intervenção que houve aqui no período do público hoje, trouxe-nos aqui questões que são realmente incontornáveis em relação a este assunto, mas eu deixava aqui algumas questões também em relação à melhoria do serviço, além das que já foram aqui faladas no período do público. A questão das linhas noturnas, ou da frequência das linhas que servem no período noturno zonas de maior afluência turística e em que há sobretudo, não só turistas, mas trabalhadores da hotelaria, da restauração, que saem dos seus locais de trabalho a horas relativamente avançadas e que não têm alternativa de transporte, e eu convido quem quiser a ir a essas zonas hoje em dia, por volta da meia-noite, meia-noite e meia, é fácil de constatar, nomeadamente trabalhadores que são emigrantes mas não só, que fazem a deslocação em bicicleta, ou em trotinete, porque não têm alternativa de transporte, e o Vai e Vem não há-de ser só para os portimonenses nascidos em Portimão, há-de ser para os portimonenses que escolheram Portimão para viver e trabalhar, penso eu que será essa a ideia. Mas depois há outras questões também. A intermodalidade aqui do serviço, está assegurada? Eu gostava de saber se por exemplo estas linhas prevêm a ligação por exemplo ao comboio, à estação da CP. Gostava de saber por exemplo se está previsto a possibilidade de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



qualquer cidadão que queira utilizar o Vai e Vem e que queira eventualmente conjugar o Vai e Vem com um modo de circulação suave, como a bicicleta ou trotinete, se pode transportar no Vai e Vem a bicicleta ou a trotinete. Se essas questões estão acauteladas. Para já era só isto. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, já agora, dizer também que os postaletes já estão neste momento a ser todos alterados, e até ao final do mês vão levar todos os horários. -----

----- Respondendo ao deputado João Caetano, no contrato já vinha lá quantas viaturas vão ser elétricas, das vinte e quatro, começamos com dez viaturas elétricas e depois vamos passar para dezassete, mas eu iria passar ao vereador José Cardoso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, senhor deputado João Caetano, eu relembro só o início da minha intervenção, explicando que este contrato já veio à Assembleia, portanto o senhor já teve conhecimento de todas estas matérias quando aprovou este contrato. Ok? Portanto, nós não estamos a discutir o contrato, estamos a discutir um aditamento ao contrato, o contrato já foi aprovado aqui, portanto era sua obrigação, já era deputado municipal no anterior mandato, era sua obrigação conhecer, porque discutiu este contrato aqui nesta Assembleia. Ó senhor deputado municipal, eu vou repetir, acho que não percebeu a minha intervenção. -----

----- Este contrato que aqui está, tem um aditamento que há-de ser num artigo ou dois artigos, portanto o contrato, o resto todo o eu, todo este contrato, já veio a esta Assembleia, já foi discutido aqui, o senhor teve cá, certamente que já era deputado municipal, portanto está a fazer perguntas sobre um tema que já o discutiu aqui. Portanto, é só alertar para isso, não tem mal nenhum, mas é só alertar para isso. -----

----- Relativamente à questão, o senhor Vice-Presidente já respondeu, relativamente à questão da percentagem de frota que é elétrica, neste momento no início da operação, vamos ter quarenta por cento da frota elétrica, são dez em vinte e quatro, sendo que no final do próximo ano, a perspetiva é termos setenta por cento da frota elétrica, são dezassete veículos. Confesso que não sei se é bem no final do próximo ano, mas posso apurar isso depois, mas a perspetiva é termos a certo momento, dezassete veículos em vinte e quatro, são setenta por cento da frota elétrica. Acho que isto é uma melhoria significativa, e devo dizer que não há nenhum município no Algarve com estes números em termos de veículos elétricos na sua oferta de transporte público. -----

----- Relativamente à oferta noturna, deixe-me dizer que efetivamente está prevista a introdução da oferta no período noturno e também durante o período de férias e alargando o período de funcionamento regular, nomeadamente a um setor HORECA, às linhas que passam neste setor, que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



é composto por um conjunto de hotéis, restaurantes, cafés, portanto trabalhadores destes equipamentos que têm oferta à noite, vão ter, está prevista a introdução de oferta neste período.

----- Relativamente aos postaletes e pegando ali também na intervenção da cidadã Diamantina, para aproveitar também, neste momento, está a decorrer uma empreitada de recolocação de todos os postaletes nas paragens onde não há abrigos na nova rede, portanto postaletes nas novas paragens, e a retirada de postaletes nas paragens que eventualmente irão deixar de existir, sendo que todos eles vão ter até ao final do mês, no início da operação, os horários das linhas afixados nesses suportes. Não sei se havia mais alguma questão, mas para já é tudo. -----

----- Ah! Peço desculpa senhora Presidente. Obviamente que há uma linha que passa na estação, quer dizer essa intermodalidade está certamente assegurada. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que sobre esta matéria, vai totalmente de encontro àquilo que o senhor vereador acabou de dizer, é um aditamento, a bancada do PSD, frisar que naturalmente vai votar a favor, porque isto reveste uma melhoria da situação que existe e essa melhoria vai ser usufruída pelos portimonenses e, portanto, quanto mais cedo, melhor essas melhorias. Há várias matérias que já trouxemos também a discussão, algumas incorporadas até nisto, mas é outro tema, outras esperemos que, e num futuro breve o sejam, mas, portanto, é para frisar que o PSD irá votar a favor deste aditamento, que reveste uma melhoria, face às situações que hoje existem para um serviço para os portimonenses. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que realmente estas questões já foram colocadas numa anterior Assembleia, na qual já tomámos uma posição e como tal iremos manter a mesma posição de voto. Continuamos apesar de tudo, a não entender todo este processo de prorrogações, reconhecemos que realmente este serviço faz falta à população, é importante para a população, mas continuamos a achar que é uma forma de dirigir recursos financeiros públicos para um operador privado. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que de facto e depois de ouvir a intervenção e a explicação do vereador José Cardoso, quer dizer, isto há sempre um pequeno hiato entre aquilo que é propagandeado, que vai ser, que se vai fazer, que vai acontecer e depois no terreno a gente não vê nada disso. No terreno o que eu vejo, é que a maior parte das paragens continua sem abrigo, no terreno o que eu vejo, é que o acesso ao site é hilariante, a pessoa que queira saber qual a linha em que está, qual a linha que aquela paragem



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



serve, o horário é absurdo. Existem também a Vamus, que lançou a colocação online do serviço, em que a pessoa mete o dinheiro, ou coloca lá o dinheiro para fazer, não sei se já é uma preparação para a intermodalidade, em que eu fiz isso e depois ninguém sabe o que é que é aquilo, as lojas que são oficiais da Vamus ou da EVA, também não sabem o que é que aquilo é, ninguém sabe de nada, ninguém sabe porque é que aquilo serve, dentro do autocarro ninguém sabe como é que se lê o código de barras. Agora, falamos em substituir postaletes com informações até ao final do mês. Não seria melhor pôr os postaletes digitais por exemplo, com a linha, com o horário? Porque depois no final do mês, o quê, vamos voltar a substituir informação ou serviços de postaletes? Isto é tudo um bocado confuso, e agora coloca-se o ónus a partir de agosto no operador, como se a qualidade tivesse do lado do operador, e durante estes anos todos nós estivéssemos a limpar as mãos, porque o executivo tem mais que fazer. Para já é só. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que na verdade, sente que a intervenção do PS nesta matéria, é uma intervenção até um tanto ou quanto periférica, ou de uma complementaridade até mesmo desnecessária, na exata medida em que, parecem claras, não há evidência, as vantagens que advêm daquilo que está aqui em discussão, e verdadeiramente aquilo que aqui está em discussão, é a redução do período de transição, considerando que isso constitui de facto uma solução que vai de encontro dos interesses dos portimonenses. Bem, e como? Bem, há pouco, o senhor deputado João Caetano disse e muito bem, que um dos aspetos em que verdia esta matéria, tinha a ver justamente com a racionalização de custos. -----

----- Bem, então se nós estamos a pugnar, se é o executivo que está a pugnar pela redução de encargos ao erário público, esta é ou não uma estratégia de aplaudir? Questiono, não afirmo. Deixo esta equação, para que nós pensemos neste pedido, em toda a sua dimensão. A qualidade do serviço exigida à concessionária, é obviamente bem diferente daquela que é aludida neste contrato atual, e consequentemente portanto quanto mais rápido for o termo de transição, maior é a possibilidade efetiva de regulação que o município tem na matéria que diz respeito aos transportes, pelo menos é assim que eu entendo, mas eu não tenho o brilhantismo cognitivo suficiente, e aguardo obviamente se for caso disso, que me expliquem, que me deem uma explicação em contrário, ou seja, se a melhoria da qualidade do serviço incita esta questão da antecipação do período de funcionamento, porquê nós colocamos reservas a ela? Qual é a racionalidade da colocação desta reserva? -----

----- Este serviço como já o senhor vereador disse, vai ser operado com dez veículos totalmente novos. Naturalmente que do ponto de vista ambiental, são obviamente mais sustentáveis. Então, quer dizer que nós estamos a tender, a tendência justamente para a aquisição de veículos e para



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



uma política de transportes não poluente e energeticamente eficiente. Penso que é isto. Quer dizer, esta matéria parece suficientemente clara. Porque se há matérias adversativas e é bom que esta democracia seja aquilo que é adversativa, se há matérias adversativas, esta não parece de todo em todo ser uma delas, a menos que a gente force imenso aqui os argumentos e muito a despropósito relativamente àquilo que está aqui em causa, ou seja, há aqui uma série de melhorias, desde a redução da sinuosidade, etc. enfim, até aos aspetos que possam garantir simetrias nos percursos de ida e volta e por aí fora, ou seja, sinceramente nós até podemos colocar em dúvida que em agosto, o funcionamento deste novo contrato tenha em termos de pauta prática, na sua aplicação, a eficácia desejável, porque ao fim ao cabo agosto será o primeiro mês em que esta experiência vai ocorrer, e eu diria que é um mês algo complicado, porque agosto é agosto. Portanto, digamos que o único inconveniente que veria, seria de facto, digamos de, termos que maximizar a eficiência da aplicação deste contrato em agosto. Portanto, os senhores têm aqui uma responsabilidade acrescida, eu diria, não é? Penso que seja assim, mas também só é verdade que a inovação é só para quem de facto corre esse risco, e os senhores estão a inovar, consequentemente, portanto estão de parabéns pelo esforço que têm feito, porque passam realmente para, passaram para um contrato internacional, que teve como base e isto é que é necessário, e agora o PS dirigia-se mais especificamente ao PCP, na matéria que diz respeito ao conceito de serviço público. Porque para o PCP, serviço público é a estatização do serviço, ponto. Ora bem, o conceito de serviço público no entendimento do PS, é aquele que tem essa finalidade de dar resposta ao interesse geral. Sendo que estes serviços podem englobar efetivamente atividades públicas ou privadas, que tenham essa missão de interesse geral, e que estejam submetidas à obrigação do serviço público. Portanto, um serviço de regulação promovido pelo município, esse serviço garante a natureza pública desse interesse, do interesse geral das populações e, portanto, nesta matéria, nós divergimos substantivamente do PCP, porquê?

----- Porque de facto, acreditamos num estado regulador e numa sociedade de mercado, achamos que o mercado não tem só senãos, também tem vicissitudes e consequentemente, é bom de pensar que uma economia regulada, que suponha realmente aqui como é o caso, eu diria que uma regulação que de certa maneira se inscreva numa política de transportes, cujo modelo é dos mais avançados da Europa, eu dei-me ao cuidado de analisar todos os modelos, inclusivamente o modelo liberal de Inglaterra, os modelos em França, etc. por aí fora e, portanto, a política de transportes é variada, mas este modelo de concorrência limitado, é efetivamente daqueles modelos que mais garante o interesse conjugado das populações com o mercado, porque nós temos que ver sistematicamente o mercado pelo avesso dos interesses do serviço público, não é? É possível que isso se faça a contento das populações, justamente porque a autarquia cumpre uma função clara, muito clara, muito precisa



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e concisa, que é a função estratégica, não é a função operativa. A função operativa cumpre o operador de transportes, que naturalmente se tiver esse elã da bilheteira, naturalmente que tenderá a procurar otimizar as pessoas em circulação. Isto parece de todo em todo, claro, pelo menos intencionalmente, parece excelente. Vamos ver, naturalmente vamos dar o benefício da dúvida ao executivo e vamos ver se efetivamente daqui a uns meses, porque a nossa vida política não é um ato único. A Assembleia Municipal, irá seguramente continuar, depois de um ano, depois de dois e etc., portanto estará aqui sempre para avaliar aquilo que efetivamente é a boa-fé do executivo isso está absolutamente fora de causa, mas para avaliar de facto os resultados efetivos dessa prática política, ponto, e será isso que o PS irá procurar fazer com todo o gosto, naturalmente. Muito obrigado, senhora Presidente, disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo Leonor da Conceição Mateus**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que só quer fazer uma nota, mantendo o que foi dito pelo seu líder de bancada, que é a tal concordância com o aditamento e com o contrato que está a ser feito, concordância com as questões que foram levantadas pelo deputado Figueiredo, relativamente às vicissitudes de um concurso público internacional e tudo o resto que foi explicado. Só queria fazer uma nota que é esta, que é, como sabem, o assunto da mobilidade e da sustentabilidade, da mobilidade sustentável é-me um bocadinho querido e queria fazer uma chamada de atenção, que é a seguinte, que é, hoje, estamos aqui a exaltar o facto de termos a ter e muito bem, veículos elétricos e híbridos que ... fantástico para a sustentabilidade. Foi-me dito nalguma sessão anterior, que o facto por exemplo dos transportes serem gratuitos, não queria dizer que as pessoas os usassem. Eu também queria-vos dizer que o facto de termos carros elétricos, não significa que as pessoas os usem. Portanto, o meu alerta, a minha chamada de atenção é que, se este é um passo, e espero que entendam perfeitamente o que eu estou a dizer, muito importante, outro passo importante político, de governância e estratégico, é perceber que a mudança para a sustentabilidade não é pelos equipamentos, é pelas pessoas e, portanto, é preciso um conjunto de ações que promovam a mudança da mentalidade das pessoas para usarem os equipamentos elétricos, porque senão eles só fazem a poupança do gasóleo, e o que a mudança de sustentabilidade significa, é uma mudança de atitude, significa a cidade dos dez minutos, significa que as pessoas deixam de usar o carro e usam os transportes públicos e isso não se faz com os carros, isso faz-se com ações sobre as pessoas, de uma forma coerente, informada e integrada. Portanto, a minha intervenção é esta chamada de atenção, e dizer se hoje há uma vitória, é um caminho que ainda há muita coisa a percorrer. Só isso queríamos chamar a atenção. Muito obrigado. Disse. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada “Coligação Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ainda bem que falo agora, porque com a devida licença do Américo, vou pegar aqui naquilo que ele disse, para dizer o seguinte. Nós estamos aqui a discutir uma, digamos que uma parcela, não sei qual é a percentagem que representa, mas uma parcela daquilo que deveria ser uma política municipal de mobilidade urbana. Porque falar de transportes e de mobilidade e falar só do Vai e Vem, é e uma pequena parte, ou será apenas uma parte, e quando se fala aqui na mudança de mentalidades, a mudança de mentalidades passa não só pela qualidade do serviço e da oferta do serviço de transporte público, mas passa por uma política integrada e intermodal de mobilidade urbana que não existe em Portimão, nunca existiu, não existe hoje e não é com este modelo que temos aqui em cima da mesa que vai passar a existir. Nós quando muito, quando e muito e isto é um desejo que eu estou aqui a expressar e esperemos bem que seja assim, quando muito vamos ter um serviço de Vai e Vem mais eficiente, mais barato, embora senhor deputado Figueiredo Santos eu na primeira intervenção não tenha falado em relações custo benefício. Eu não falei de custos, o senhor deve ter ouvido isso de outra pessoa que não a mim, mas enfim, tudo isso é saudável, mas não é suficiente, e se não houver a tal gestão integrada e a tal política integrada de mobilidade, que faça as pessoas perceberem que têm toda a vantagem em usar o transporte público, ou os modos de circulação suaves em detrimento do transporte individual poluente, concretamente o carro, o Vai e Vem pode ser o melhor deste mundo, não vai ser suficiente. -----

----- Agora, senhor vereador José Cardoso, o senhor na resposta, enfim, para já não me respondeu à questão da conexão com a bicicleta e com os modos de circulação suaves. Portanto, eu quero saber se quiser levar uma trotinete ou uma bicicleta no Vai e Vem, se posso ou não, a partir de dia 1 de agosto. -----

----- Segunda questão, em relação à Assembleia anterior onde isto foi discutido. A questão dos veículos elétricos nessa Assembleia, não estava definida, e eu tenho aqui a ata, não sei se o senhor leu a ata, bom, o seu antecessor no pelouro, pelo menos nas respostas que deu, não estava definido, porque disse que o concessionário iria adquirir veículos elétricos, não disse a percentagem nem disse qual era o compromisso. E o senhor falou aí em dez, em vinte e quatro no início e depois desejavelmente dezassete em vinte e quatro, e a pergunta é, se isso consta do contrato, e a segunda pergunta é, se e quando, vamos introduzir os cem por cento de frota elétrica ou híbrida, e é isso que eu queria saber. Porque quando se agita aqui a bandeira da sustentabilidade ambiental, que é importante e cada vez mais importante e emergente, é preciso que se saiba se isso fica ou não plasmado no contrato, se isso é uma obrigação do concessionário, ou se é uma meta como aquelas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



metas daquelas convenções internacionais sobre o ambiente que cumprem os outorgantes que querem e aqueles que não querem não cumprem. -----

----- Depois, o senhor deputado Figueiredo Santos, falou aqui em regulação. Ó senhor deputado, eu lamento informá-lo, mas o município não vai fazer regulação nenhuma, o município é concedente, portanto o concedente aqui não faz regulação nenhuma. A regulação, há uma entidade pública no âmbito dos transportes, que até deu aqui um parecer, que tem essa obrigação. Aquilo que o município tem que fazer, é a fiscalização, que é uma coisa completamente diferente, e essa é que é aqui uma questão que também tem que ser esclarecida nesta Assembleia. É se o município no âmbito da execução depois deste contrato a partir de dia 1 de agosto, tem ou não e vai passar a ter ou não, meios eficazes de fiscalização do cumprimento do contrato. Porque não basta dizerem que a partir de dia 1 de agosto, bom o risco corre por conta do concessionário, porque o concessionário uma vez que vai receber consoante o número de bilhetes que vai vender do Vai e Vem, tem um interesse direto do ponto de vista financeiro e de exploração na melhoria do serviço. Eu quero saber é que meios, que opções de acordo com o que está no contrato, é que o concessionário vai aplicar e que fiscalização é que vai ser feita desse cumprimento por parte do município, porque essa é a obrigação do município a partir de dia 1 de agosto, é fiscalizar e ver se realmente do ponto de vista de execução do contrato, está a ser feita ou não uma execução que garanta a melhoria do serviço e o interesse público. disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que realmente a CDU e o Partido Comunista Português, têm bastantes divergências ideológicas com o Partido Socialista, não há dúvidas nenhuma nesse sentido, penso que tem é que se ter respeito pelas ideias, tem que se ter urbanismo, na discussão, e isso é que é uma verdadeira democracia. Mas a verdade é que quando nós defendemos e temos aqui posições muito fortes ao que pretendemos que seja uma empresa pública no setor, reivindicamos isto e no caso dos municípios a uma empresa municipal, infelizmente tivemos visto o que é que se deparou com esta pandemia do Covid, que veio demonstrar que as empresas que atualmente operam em Portugal, vieram pedir socorro ao estado, e ainda hoje sobrevivem com esses subsídios e é isto que a CDU não pretendia, porque o que queremos é que o estado assegure um serviço público de transporte ao serviço dos interesses de Portugal. Nós nunca fomos nem seremos contra iniciativa privada. Uma coisa é a iniciativa privada, outra coisa é quando estão com a corda no pescoço recorrerem sempre ao estado, e é só contra isso ideologicamente que nós estamos. Muito obrigado.

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que esta questão



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



da senhora deputada Lurdes Melo, fez-lhe, enfim, de certa forma foi o trigueiro para a sua intervenção, porque continua de certa forma, e a assistir ao longo do tempo a uma discussão entre estatização ou não dos serviços, privatização ou não dos serviços, mas aquilo que as pessoas na essência têm assistido ao longo destes anos, nomeadamente em Portimão, é aquilo que se chama muito a estatização dos custos e a privatização dos lucros, mas depois quando chega a altura de pagar, pagam sempre os mesmos, que somos todos nós que estamos aqui nesta sala. E uns sentem isso de forma diferente do que outros, mas isso é mesmo assim são as condições da vida. Agora, e essa para nós é a grande e a principal preocupação, e eu oiço aqui o senhor vereador José Cardoso falar e bem relativamente àquilo que é, à necessidade da passagem de uma determinada assunção de responsabilidade de um determinado serviço, porque até aqui se reconhece que a autarquia não consegue exatamente trabalhar nesse sentido, portanto houve necessidade de certa forma de chegar a este ponto, mas isto remete-me também para uma das ideias que está aqui na deliberação e numa das alíneas que é, este processo hoje em dia chega aqui com várias vicissitudes e eu aproveito e pego nesta palavra que está aqui exatamente numa das alíneas, que é, «algumas vicissitudes procedimentais atrasaram a outorga do contrato». Chegámos aqui com mais uma vicissitude, vicissitude essa cuja responsabilidade vai morrer solteira e que vai custar mais cinquenta e dois mil euros, que é mais ou menos metade da mensalidade que se vai pagar depois ao serviço de Vai e Vem. A questão é, estes catorze dias, sabendo de há seis meses a esta parte que iria ser esta a empresa que iria obviamente desenvolver este serviço, isto não poderia ser de certa forma evitado, e até que ponto ou não, surgem estes catorze dias. Eu sei que há a necessidade e há obviamente reconhecimento que a empresa vai ser a mesma, portanto o período de transição não o justificava. A questão é, mas porquê estes catorze dias e mais cinquenta e dois mil euros para o erário público. Obrigado, e com a ressalva do ajuste direto, como é óbvio. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que realmente este assunto é um assunto transversal e acha que estão todos de acordo. Eu hoje até acho que até com o deputado João Caetano eu estou de acordo e, portanto, o plano de mobilidade também acho que faz muita falta e, portanto, também vai vir a esta Assembleia o plano de mobilidade senhor deputado, muito brevemente vai vir a esta Assembleia, assim como o professor também frisou, acho que estamos todos de acordo hoje, felizmente com este assunto. -----

----- Quanto ao deputado do Chega Paulo Canha, realmente nunca conseguimos prever isto, podia existir outra vicissitude, era o tribunal de contas fazer mais uma bateria de perguntas e iríamos ter que prorrogar isto por muito mais tempo. Enquanto o tribunal de contas não desse o visto, como



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



não queríamos também parar o Vai e Vem, teríamos que estar aqui, não sei se estaríamos todos de acordo ou não, mas teríamos que estar a suportar para que não parasse este serviço que queremos prestar aos cidadãos. Senhor vereador José Cardoso, podia-lhe passar a palavra. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, para dizer que acha que há alguma confusão. Ó senhor deputado Paulo Canha, relativamente ao ajuste direto, este procedimento, o tribunal de contas, regulador dos transportes, parecer jurídico, está aqui tudo sustentado, acho que a legislação é clara, em que defende claramente os municípios que são tirados transportes, em que durante o decorrer deste processo que é legalmente e juridicamente complexo, há prerrogativas jurídicas nos diplomas que preveem que possa ser invocado a questão de garantir que o transporte público não cesse e não para por questões de interesse público. É isso que está aqui invocado, os pareceres são claros, acho que isso nem vale a pena estar a discutir, os cinquenta mil euros. Acho que percebe perfeitamente que é uma vantagem como referiu, que o operador seja o mesmo e só isso é que possibilita que tendo tido o visto em junho, a operação se conseguisse começar tão rápido, porque o operador estando no terreno, conseguiu aproveitar este tempo para se preparar para a operação e obviamente é uma vantagem de estar no terreno, e que a operação já está minimamente implementada e todas as melhorias que têm que ser implementadas, têm uma vantagem sobre um operador que fosse externo relativamente a esta operação. -----

----- Relativamente ao deputado João Caetano, só dizer outra coisa. Eu continuo a achar que o senhor deputado João Caetano, em todos os momentos que este assunto veio a esta Assembleia, não esteve atento, ou não leu, ou não percebeu, porque senão saberia que a questão da proposta do operador apresentar na sua proposta veículos elétricos, era um critério para valorização da proposta de adjudicação e pela escolha do operador, saberia qual foi a proposta que foi apresentada, saberia todas essas coisas, mas pelos vistos não esteve atento, está preocupado em dizer outras coisas, em vir para aqui falar de outras coisas e não esteve atento, pronto. É dispensável, é dispensável vir para aqui perguntar coisas que já foram discutidas e que é do conhecimento desta Assembleia, mas devo-lhe dizer, numa frota de vinte e seis viaturas, o concessionário apresentou a proposta, dez mais oito viaturas, portanto as tais dez elétricas e as oito ainda a combustíveis fósseis, e no total teremos uma frota de setenta por cento elétrica durante este contrato. Portanto, acho que é claro, esses números são claros, numa frota de vinte e seis viaturas, no final teremos setenta por cento. Portanto, já agora deixem-me só dar-vos aqui nota de uma ou duas coisas relativamente a esta operação. Ah! E relativamente à questão da fiscalização do contrato, ó senhor deputado João Caetano, isso é obrigatório por lei, a Câmara Municipal enquanto autoridade de transportes, fiscalizar



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



o contrato com os seus próprios meios, e se tivesse lido mais uma vez aquilo que aqui veio nos diversos momentos, saberia as novas obrigações de reporte de informação do concessionário, nomeadamente as obrigações da Câmara de reporte de dados à autoridade de transportes. Todas essas questões estão plasmadas nos anexos, portanto se tivesse lido, saberia essas coisas todas e estava informado. Portanto, deixem-me também dizer-vos outra coisa só para terminar relativamente a melhorias que ainda não referi aqui que acho que já que estamos aqui a discuti-las, também posso dar aqui essa nota. Vão aumentar o número de postos de pré-venda e de carregamento automático de títulos de transporte, vão ser disponibilizadas soluções que permitam o carregamento dos títulos de transporte mensais na rede ATM, ou até em smartphones, onde já há também uma aplicação dentro da aplicação Vamus que tem os horários de toda a rede, vai ser possível carregar num cartão mais do que um título, ou seja, um cartão único poderá conter vários títulos, até fazer o *Wallet* e vamos ter um planeador de viagens que possa ser utilizado nesses smartphones. -----

----- Também dizer que relativamente à possibilidade de levar as trotinetes ou bicicletas dentro dos autocarros, eu confesso que essa informação não tenho aqui, mas depois posso-lhe dar por escrito. Está bem? -----

----- Ah! E já agora, todos os abrigos vão ter entrada USB para carregar telemóveis, ok? E vai existir um *HelpDesk*, ou seja, naquilo que é o âmbito das melhorias de informação ao público que estão previstas neste contrato, vai haver uma linha de *Helpdesk* permanente para resolver dúvidas e questões relacionadas com a oferta, e a disponibilização também de informação sobre a oferta em tempo real relativamente à operação. Ok? Há aqui um conjunto de melhorias que estão nesses documentos, e que o senhor deputado já poderia ter lido. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que também estão de acordo que tem que haver, deve haver mais abrigos. Ainda faltam-nos muitas zonas que temos que colocar mais abrigos, ainda estivemos a falar nisso esta semana, que vamos ter que colocar mais abrigos também. -----

----- Não disse todas, eu disse mais abrigos. Eu já fiquei contente com o PSD estar de acordo com isto, portanto mais abrigos também... todos logo é assim uma coisa. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira**, de facto, dando de barato aqui a boa-fé do contrato, aquilo que estamos aqui a assistir, é aquilo que nós falamos em psicologia que é terceirizar culpas. Durante estes anos todos, o município ofereceu um serviço que era sofrível e agora renegociamos o contrato com um preço bastante amigo para o executivo, e pomos o ónus da qualidade na ótica da



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



concessionária com a bilhética, e dizemos que isso vai melhorar a qualidade, que isso vai de facto exponenciar de facto a utilização por parte dos utilizadores e fazemos aqui aquele número mágico que é mobilidade e o ambiente. Mas na verdade o que vai acontecer, é que o serviço vai continuar sofrível na mesma, porque o operador vai dizer que devido ao baixo volume da bilhética, não pode investir e não pode melhorar a rede. Isso é o que nós vamos assistir aqui, mas nós estamos também, tal como no PSD, a favor da melhoria dos transportes, é pena é que eles tardem a acontecer. ----

----- Pede o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que pensa que o que o membro desta Assembleia João Caetano perguntou, não foi se a Câmara ia fiscalizar. Todos nós sabemos que a Câmara tem que fiscalizar, o que se pergunta é se tem meios suficientes, para fazer essa fiscalização, porque a Câmara também tinha na prestação de serviço que fiscalizar a bilheteira, e não o conseguiu fazer, por razões que nós percebemos que sejam difíceis. A pergunta seria essa. Outra questão que eu quero aqui também deixar, é que, todos nós estamos aqui defendendo que os carros elétricos sejam os mais sustentáveis e os mais amigos do ambiente. Mas como todos nós sabemos, estas questões já estão a ser levantadas, a nível científico talvez não sejam os melhores amigos do ambiente e, portanto, é bom refletirmos. Ao optarmos pela solução dos carros elétricos, como menos poluentes, talvez estejamos a criar outro problema. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada "Coligação Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, o senhor vereador José Cardoso está há pouco tempo em funções, mas já aprendeu aqui alguns truques aqui para fugir às vezes às questões que são colocadas, não é, e este tipo de jogo de cintura fica-lhe bem, parece que aprendeu depressa, mas quer dizer, enfim, vamos lá ver, não passa esse jogo de cintura, não é? Sabemos aqui ao que é que viemos. Ó senhor vereador, as questões que eu coloquei foram simples e foram diretas. O senhor, ou responde que não sabe, que vai ver e depois dá a informação, ou responde que eu não leio a documentação como deve de ser, mas quer dizer, se calhar não fui só eu que não li a documentação como deve de ser, porque isto já foi tudo debatido e mais alguma coisa e continua a haver questões. Mas a sua última intervenção, suscitou-me aí uma outra questão. Ainda no outro dia vim duma cidade que não vale a pena eu dizer qual é, até nem é em Portugal, não é muito longe, em que eu estou na paragem de autocarro e consigo saber em tempo real quanto tempo é que demora o próximo autocarro a vir. E perguntava-lhe na melhoria que o senhor falou do serviço, que eu espero realmente que venha a ser uma realidade num curto espaço de tempo em Portimão, se essa possibilidade está contemplada e se eu estiver numa paragem de Vai e Vem à espera de um



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



autocarro, se consigo saber em tempo real quanto tempo é que vai demorar a chegar o autocarro seguinte. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, a propósito até daquilo que há pouco o senhor vereador José Cardoso falou referente aos pontos de venda e carregamento dos bilhetes, está previsto no contrato, Largo do Dique, hospital, Gare rodoviária, espaço comercial a definir pela autarquia, depois aqui mais três espaços na dúvida. A questão é, neste momento já têm exatamente a ideia onde é que serão os restantes postos? -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que só queria comentar uma parte que lhe parece importante, sente-se um pouco aborrecido, acha que tem esse direito e não está em defesa de ninguém como é lógico, está apenas em defesa de cada um deles nesta Assembleia. Acho que a resposta do vereador Cardoso, portanto em relação àquilo que se pergunta, cada um de nós pergunta ao executivo sobre o tema que estamos aqui a discutir, seja ele contrato, seja outra coisa qualquer, acho que temos o direito de perguntar. E acho que a Câmara, respondendo anteriormente ou posteriormente, tem o direito nesta sessão, de esclarecer todos nós. Não venha com o argumento que nós não lemos o contrato por inteiro, não lemos o documento por inteiro, temos esse direito, porque o senhor está a tempo inteiro na Câmara, nós não estamos a tempo inteiro na Câmara, nem pouco mais ou menos. Estamos aqui, viemos aqui à noite e muitas vezes a nossa profissão não nos permite ler os documentos que vocês mandam no próprio dia, como hoje ainda aconteceu, mandaram no próprio dia e, portanto, isso não é possível e, portanto, as questões que nós colocamos, são questões que os senhores têm que responder, quer elas tenham sido respondidas há um ano, ou há dois anos atrás. Eu não estou aqui a defender o João Caetano nem ninguém. Estou apenas a referir aquilo que acho, o vosso dever e a nossa obrigação. Estamos numa Assembleia Municipal que é fiscalizadora dos atos do executivo e, portanto, temos o direito de perguntar seja o que for sobre o que estamos a discutir, e a Câmara tem o direito e o dever de explicar a quem pergunta as dúvidas que surgem. Isto é a minha perspetiva e é por isso que nós, cada um de nós, defende todos aqueles que em nós votaram, menos do que a vocês, mais, ao abstencionismo, que foi esse que ganhou as eleições em Portimão e, portanto, é assim, a democracia funciona assim. -----

----- Bom, outra questão que eu queria esclarecer, também ali, parece que sou o nosso executivo hoje, à nossa deputada Lurdes Melo, é dizer que, a estatização de tudo o que é privado para público, é um objetivo do Partido Comunista já há anos. Agora, devo-lhe dizer que o exemplo que temos da



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



estatização da ferrovia, dos transportes ferroviários, dos outros, é o privado, que muitas vezes quando o estado não cumpre, não é verdade? São os privados é que defendem as populações e que fazem o transporte que os outros não fazem, quando estão em greve principalmente. Tenho dito.

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para referir que como disse anteriormente, não somos contra a iniciativa privada. Quero também esclarecer que em relação à ferrovia, o que nós somos contra, é privatizar-se o que dá lucro e o estado ficar com as infraestruturas, é aí que está errado. Portanto, nós não somos contra a iniciativa privada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que queria clarificar, tudo bem que já leram o contrato e que já viram. E como já foi dito aqui, nós temos aqui as viaturas mini e as mini, viaturas que vão ultrapassar os onze anos e há outras que vão ultrapassar os dezasseis anos e está aqui no contrato. Eu acho que para um material circulante, para fazer os quilómetros que faz, acho que dezasseis anos já não é um contrato assim muito vantajoso para quem circula nessas viaturas, dezasseis anos acho que é demasiado. -----

----- Outra situação que falou aí, também que os Montes de Alvor iam ter autocarros e iam ter linhas ao domingo e aos feriados, eu estive a ver aqui e não vejo essa situação. Vi aqui as linhas, tenho aqui apontado várias linhas, realmente há estas aqui, a onze, a doze, a treze, a doze que é Montes de Alvor, a treze, a catorze, a onze e a quinze não vão ter aos sábados, domingos e feriados, as Alfarrobeiras continuam a ter aos domingos e feriados, o trinta e nove que é o Largo do Dique e ao Bairro Independente, continuam a não ter aos fim-de-semanas e mesmo Alvor com a linha vinte e cinco e outras mais. Por isso, eu acho que este contrato devia ser visto e requalificado, e ver que não serve totalmente as pessoas. Para mim mesmo como cidadão de Portimão, os Vai e Vem infelizmente não servem a minha família nem a mim mesmo. Não há uma linha nem há horários que eu consiga usar o Vai e Vem. Fico-me por aqui. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, respondendo ali ao deputado João Caetano, por acaso também era muito bom já que estivesse contemplado nas paragens o tempo de espera, mas neste momento ainda não está, mas também penso que vamos trabalhar para isso, porque acho que até ao final deste mandato isso já era um elemento que devia de estar nas nossas paragens e, portanto, os abrigos já estão preparados para isso, a informação é que ainda não está, o equipamento é que ainda tem que estar e, portanto, senhor deputado, penso que até ao final deste mandato possamos fazer isso, até nisso vamos estar de acordo hoje também. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Quanto às trotinetes, penso que não podem andar dentro do autocarro, mas vou perguntar e depois vou-lhe dar esta resposta. Agora, queria passar a palavra ao senhor vereador José Cardoso.

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, ao senhor membro Paulo Canha, relativamente aos três pontos, está previsto nas Juntas de Freguesia e eu penso que ainda há três ou quatro que ainda não estão decididos, além daqueles que já estão definidos. Ok? -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para explicar que o contrato fala em quatro fixos mais três móveis. Os quatro fixos já estão definidos, mas depois há três móveis que o executivo vai... -----

----- Interveio o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, para dizer que os três imóveis ainda não estão decididos. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que é isso que perguntou. Ok. Então, nesse sentido eu alerto, porque por exemplo Alvor não está contemplado, praia da Rocha não está contemplado, Mexilhoeira não está contemplado, Pedra Mourinha ainda não está contemplado e só aqui já estou a falar quatro exemplos, e é preciso atenção relativamente a estes locais que são obviamente longínquos e de grande aglomerado residencial. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, para dizer que vão ter isso em consideração, obrigado. -----

----- Deputado Pedro Mota, eu não percebi, fez aí uma discriminação das linhas muito rápido, trinta e sete, trinta e nove, não percebi sinceramente. Mas das poucas coisas que percebi, daquilo que disse, as Alfarrobeiras vai ter reforço, vai existir reforço nas Alfarrobeiras. Eu não sei se está a ler a atual rede, se está a ler a nova rede. Não, mas a que recebeu hoje, foi uma informação que foi pedida pela Assembleia Municipal, mas tem a ver com o contrato atual que o Chega pediu, não tem a ver com o novo contrato. Ok? O Chega pediu informação sobre o contrato atual que está a ser prorrogado, mas eu posso mandar, o contrato é do conhecimento de todos. -----

----- Deputado Pedro Mota, muito rapidamente, as Alfarrobeiras vão ter, os Montes de Alvor vão ter uma nova oferta que foi também tida em consideração, nomeadamente para a questão dos alunos que andam na escola da Mexilhoeira Grande que pertencem ao agrupamento da Bemposta e que precisam de ter uma linha direta para ir para a escola da Bemposta, e isso vai ser contemplado no novo plano operacional deste novo contrato. Ok? E há um conjunto de melhorias que depois nós vamos dar também conhecimento e podemos enviar e há outros reforços, noturnos, a hora de almoço noutras linhas em vários trajetos. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Só rapidamente para dizer ao deputado Natalino uma coisa. Deputado Natalino, eu referi que de facto o contrato é do conhecimento de todos e que já foi aqui discutido, mas respondi a todas as questões que me foram colocadas. Portanto, enquanto cá estiver e este executivo tem essa prerrogativa, nós estamos aqui para responder, respondemos à Assembleia, respeitamos a Assembleia, não evitei nenhuma questão, procurei responder a todas, era o que faltava que não tivesse essa consideração pela Assembleia Municipal. Apenas quis alertar para o facto de que o contrato já foi discutido aqui nos termos da sua aprovação e que não era esse o objeto aqui. Também não era a mobilidade, e falámos um bocadinho de mobilidade, mas nenhum de nós se furtou a responder a nenhuma questão. Essa consideração pelo órgão soberano é fundamental em democracia e nós, este executivo, tem essa consideração. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Luís Custódio**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que uma questão que gostaria de saber, é se nessas viaturas novas que vão estar ao serviço da população, se vão ter nessas viaturas novas, viaturas com acesso para cadeiras de rodas e transporte de cadeiras de rodas, ou seja, com pessoas com pouca mobilidade, e se nas paragens de autocarro para essas viaturas, se vão ser criados sistemas que essas mesmas cadeiras de rodas possam ter acesso ao autocarro. Portanto, é esta a minha pergunta que fica. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, a determinada altura, existe aqui informação do quadro de pessoal necessário para garantir a operação de Vai e Vem. Motoristas de pesados, quarenta pessoas, técnicos de movimento, duas, técnicos administrativos, uma pessoa, pessoal afeto à manutenção, duas pessoas. A questão que se coloca é, exatamente se para dar cobertura aos quarenta motoristas de pesados de passageiros, acham que é suficiente o técnico de movimento dois, técnico administrativo um e o pessoal afeto à manutenção duas pessoas, para dar cobertura à dimensão desta operação? Acham que neste momento é para ficar, eu diria apreensivo ou não relativamente à capacidade com esta equipa de *Sun Bus*, dar resposta efetiva à necessidade de operação? -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada "Coligação Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para referir que queria aqui dizer o seguinte. Falou-se aqui na questão da informação em tempo útil da demora dos veículos chegarem às paragens, o senhor Vice-Presidente pôs aqui como meta o final do mandato, esperemos que seja realmente exequível, porque acho que era fundamental, mas eu queria aqui deixar duas questões para concluir aqui da nossa parte aqui do debate este ponto. Com as sensibilizações, ou as ações de sensibilização que o executivo prevê não só a nível dos mais novos, há um bocado esta ideia que é



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



preciso sensibilizar os mais novos, enfim, é mais fácil se calhar sensibilizar os mais novos, mas nesta questão e noutras, é preciso sensibilizar os menos novos, e aqueles que estão no meio entre os mais novos e os menos novos, sobretudo aqueles que estão no meio. E eu gostava de saber o que é que o executivo prevê em termos de campanhas públicas para apelar ao uso do transporte público em Portimão. Porque isto é tudo muito bonito aqui aquilo que nos trazem, melhorias do serviço, Wi-fi, só falta dizer que as paragens do Vai e Vem vão ter ar condicionado, se calhar estavam mais fresquinhas que aqui a sala onde estamos hoje, mas enfim, isto é tudo simpático e é muito apelativo, mas eu temo que se calhar seja insuficiente. E depois há aqui uma questão que não está na documentação nem tem que estar, mas que foi discutida aqui há algumas sessões atrás não há muito tempo, que se prende com aquilo que é uma ideia que é transversal às várias forças que estão aqui representadas, que é a gratuidade aqui do serviço para a população, e a pergunta é muito clara e é muito concreta e objetiva. O executivo prevê ou não durante o período de vigência deste contrato, apostar numa gratuidade, nem que seja progressiva do serviço para os residentes em Portimão, porque essa é uma das formas fundamentais para levar as pessoas a utilizar o serviço e, portanto, a questão que eu gostava de saber é se vamos esperar pelo próximo mandato e vamos ver daqui a três anos e meio mais ou menos, bem já nem é três anos e meio, como uma grande bandeira eleitoral do Partido Socialista, a questão da gratuidade, ou se durante este mandato vamos ter essa questão aqui em cima da mesa e indo de encontro às propostas de outras forças políticas. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que gostaria de saber qual é o valor exato que a Câmara vai pagar por este contrato anualmente, gostaria também de saber o que é que se vai passar com os trabalhadores do Vai e Vem e se vão passar para a nova empresa *Sun Bus*, e se essas pessoas vão perder direitos de antiguidade na empresa, o que poderá ser para esses funcionários que vão passar para a *Sun Bus*? Espero bem que eles não percam direitos de passar de uma empresa para a outra em antiguidade. Queria saber também se se pode fazer compras dos bilhetes e dos passes a nível online. Fico-me por aqui. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, eu recordei que quando se fala em coesão territorial, um dos grandes aspetos da coesão territorial também é esta capacidade de prestar serviço da mobilidade, nomeadamente aqui em Portimão. -----

----- Agora, há aqui uma coisa que temos que perceber, que a altura do contrato era uma, as coisas hoje em dia, o contexto também aumentou, aliás alterou ligeiramente, e o contexto alterou



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



por várias vicissitudes e uma delas não foi só a pandemia, mas agora a guerra e todos nós sabemos a dificuldade que existe na gestão da coisa pública, nomeadamente em termos de fornecimento de material. E vamos imaginar, este contrato que aqui está pressupõe, e eu li-o, ou acho que o li, na essência fala de uma série de custos relacionados com manutenção, mas aquilo que me preocupa é na falha, ou sempre que existe uma avaria, na capacidade que a empresa tem ou não, de estocagem e de responsabilidade na assunção da substituição, para não colocar em causa alguns dos serviços previstos, ou seja, qual é que é neste momento a forma que a autarquia tem de mitigar isto que é uma realidade óbvia em muitas das áreas, nomeadamente esta. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, respondendo ao senhor deputado Paulo Canha, eu acho que o operador é bem experiente. Aliás, no Algarve é o único operador que temos e, portanto, acho que lhe respondo às perguntas todas. Os meios, ele é que acha que são os necessários. Quanto à substituição dos autocarros olhe até nos elétricos, felizmente já os comprou e já os vai ter no início da operação e, portanto, dá-nos algumas garantias. Eu acho que fiscalizar, isso vamos ser todos a fiscalizar e, portanto, acho que é importantíssimo também o nosso contributo e cada vez mais o podermos ter autocarros como deve de ser, e o operador também, acho que é o que nos dá mais garantias, senhor deputado e, portanto, isso aí eu acho que nesse aspeto, estamos garantidos até quanto à mobilidade também, porque mobilidade também vão ter os novos autocarros sim e os outros à medida que vão sendo substituídos, também para a mobilidade, que hoje é importantíssimo. -----

----- Quanto ao deputado João Caetano, ó senhor deputado, a gratuidade hoje não está aqui nada em cima da mesa e, portanto, quanto a este assunto, não vou dar resposta nem vou entrar nesse debate. Quando quiser, logo vamos entrar noutra Assembleia. -----

----- Ó senhor deputado, o valor do contrato está no contrato. -----

----- Quanto aos funcionários hoje, os funcionários vão passar para esta empresa, como é óbvio e, portanto, não têm regalias, hoje a lei é assim. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 2.a)** Discussão e votação da proposta de autorização para a celebração, por parte da Câmara Municipal, do Primeiro Aditamento ao "*Contrato para Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular por modo Rodoviário no Município de Portimão*" – **Contrato nº24/2022**, ao abrigo da alínea p) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09 – Autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais - **Deliberação de Câmara nº 489/22**, tendo sido obtido o seguinte resultado:--



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO O + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP /PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENT E	TOTA L
VOTOS A FAVOR	15	5	0	0	0	0	1	0	21
ABSTENÇÕE S	0	0	0	0	2	0	0	0	2
VOTOS CONTRA	0	0	3	2		1	0	0	6

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadros, por motivos de saúde. ----

----- **Foi aprovada, por maioria,** a proposta de autorização para a celebração, por parte da Câmara Municipal, do Primeiro Aditamento ao "Contrato para Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular por modo Rodoviário no Município de Portimão" – **Contrato nº24/2022**, ao abrigo da alínea p) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09 – Autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais - **Deliberação de Câmara nº 489/22** -----

No seguimento desta votação, a bancada do PAN, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra: «Considerando o superior interesse da população Portimonense, na manutenção do serviço público de transporte – vai e Vem – entre o limite do contrato vigente e o contrato a iniciar, o PAN vota favoravelmente o aditamento do contrato.»

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, **o Ponto 2. b)** Discussão e votação da proposta de autorização para a celebração, por parte da Câmara Municipal, da Prorrogação do "Contrato para Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular por modo Rodoviário no Município de Portimão" - **Contrato nº1/2022**, ao abrigo da alínea p) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09 – Autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais - **Deliberação de Câmara nº 490/22**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada "Coligação Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**", eu pedia desculpa ao senhor vereador José Cardoso, vou corrigir em relação àquilo que disse ainda há um bocadinho, falou em quinze dias, são catorze, a prorrogação são catorze dias. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Eu peço desculpa, eu leio mal os documentos, mas às vezes ainda consigo acertar nalguma coisa que leio, nem tudo corre mal. Mas pronto é só na parte que leio, sabe como é que é, isto o tempo é pouco e não dá para ler tudo, mas há coisas que retenho. São catorze dias. -----

----- Esta questão aqui, catorze ou quinze, nem é propriamente o número de dias que está aqui em questão como é evidente, entronca na discussão que tivemos em janeiro, falha-me agora aqui o dia, tenho aqui a ata, mas foi em janeiro deste ano, e na questão aqui da necessidade de haver aqui o ajuste direto para a concessão, ou haver, na altura, a questão não era ficar sem serviço, ou haver na altura aqui a contratação do serviço junto do prestador de serviços. Obviamente que houve aqui atrasos que diria que são estranhos e alheios à vontade do município, mas a minha questão é a seguinte. O montante que foi aqui calculado, penso que são os cinquenta e seis mil euros, correspondem tão somente a esses catorze dias, é isso? E como é que foi feito esse cálculo relativamente a esse montante para a prestação dos serviços durante este período até iniciar a vigência do contrato no dia 1 de agosto. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vitor Manuel Campos Couto**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que o PSD vai-se abster de dizer muito sobre isto. Este assunto já foi debatido em 7 de janeiro deste ano, em que expusemos os nossos motivos pelo qual somos contra estas prorrogações, e entendemos que o executivo continua a ser demasiado lento na execução deste contrato. Isto começou tudo a 25 de julho de 2019, foi aí a primeira prorrogação dos contratos. Daqui a pouco passam quatro anos e andamos aqui a prorrogar contratos e contratos. Portanto, não há muito mais a dizer, já dissemos tudo no dia 7 de janeiro sobre este assunto e mantemos a nossa posição aí vincada. Muito obrigado, boa noite. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Luís Custódio**, para dizer que gostaria que lhe respondessem à pergunta que tinha feito anteriormente e que ficou sem resposta, porque pelos vistos as pessoas que andam de cadeira de rodas se calhar também ficaram sem resposta. Está bem? Obrigado, boa noite. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, para responder ao deputado João Caetano. Deputado João Caetano, o valor do contrato, visto que estamos a falar da prorrogação do contrato de seis meses para o qual foi calculado e foi na altura apurado um valor adequado para este período, o que se fez para um período tão reduzido de quinze dias, foi extrapolar o valor desses seis meses para quinze dias e aplicá-lo à prorrogação desse contrato, daí os cinquenta e seis mil euros. Pode-se dizer que dessa simplificação eventualmente terá sido de grosso modo dessa forma. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Para responder à questão do deputado do Chega que não tenho presente o nome, peço desculpa, não conheço, Luís Custódio, mobilidade reduzida, eu a informação que tenho, é que sim, os autocarros vão ter que disponibilizar uma rampa, ou seja, mecanismos de aceso para pessoas com mobilidade reduzida. Ok? -----

----- Não, acho que há essa obrigação. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que recorda aquilo que há pouco disse, que a cláusula 18 e a manutenção, refere um nível de stock. Portanto, isto passados seis meses, como as coisas estão e o contexto, alerta mais uma vez nesse sentido. -----

----- Agora, permitam-me aqui outra questão que é esta. Existe aqui um gestor por parte da autarquia relativamente a esta prestação de serviço por parte da *Sun Bus*, nomeadamente o senhor engenheiro Pedro Luz, que é responsável obviamente por gerir o processo. Situação essa que obriga do clausurado a um report mensal. Report mensal esse que é feito mensalmente dez dias após o fecho do mês, e em caso de haver anomalias no processo, neste caso, a *Sun Bus* tem cinco dias para se pronunciar sobre a situação. -----

----- A questão aqui é exatamente essa, que é, parece que é aqui de forma geral de todas as bancadas, a preocupação exatamente na qualidade da execução do serviço. Eu percebo obviamente também aquilo que o senhor Presidente em exercício Álvaro Bila disse sobre a fé que tem na garantia da execução do serviço por parte do operador, eu espero que essa fé se mantenha e que lhe dê razão, mas nós temos que mitigar a fé nestas questões e, portanto, a questão é exatamente esta que é, eu temo que até pela inoperacionalidade histórica que nalgumas áreas existe e que são factuais, depois não haja capacidade também nestes timings e que depois alguma anomalia nos processos, não defendam as necessidades de execução do próprio serviço e, portanto, nesse sentido é que a bancada do Chega deixa aqui uma sugestão, e uma sugestão e de certeza que todos estamos aqui de boa fé e tenho a certeza que os senhores em particular estarão interessados na boa execução e na fiscalização do serviço, que é, a criação de uma comissão de acompanhamento de todos, exatamente para auxiliar e no pressionar sempre que haja o contrário na execução do serviço e de alinhamento, conforme aquilo que se quer desta passagem de responsabilidade, que é uma das vertentes principais da gestão autárquica. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, nós na Assembleia anterior de janeiro, já tomámos a posição que tomámos, vamos mantê-la em relação a estas prorrogações, anteriormente também já fiz uma pequena exposição, não quero cansar mais esta Assembleia, assim, reitero aquilo que dissemos na



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Assembleia penso eu de 7 de janeiro e algumas palavras que também há pouco referi, manteremos o nosso voto contra. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada "Coligação Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu também faço minhas estas palavras da senhora deputada Lurdes Melo, não vou aqui repetir aquilo que disse em janeiro sobre este assunto, não vou aqui reiterar aquilo que está em ata da sessão de janeiro, de 7 de janeiro, mas há aqui uma questão que eu por acaso queria pôr na intervenção anterior e depois falhou-me, que tem que ver com o assunto anterior que discutimos ainda agora. Nós estamos aqui a tratar de um aditamento ao contrato, não é, para que seja prorrogado por catorze dias, no fundo é essa aqui a proposta que estamos a debater. O contrato terminaria no dia 17 de julho de 2022, e uma vez conforme foi discutido no ponto anterior, o contrato de concessão tem início no dia 1 de agosto, havia aqui este hiato de catorze dias. A pergunta senhor vereador, ou senhor Vice-Presidente, ou executivo, para quem quiser responder, é, e é evidente, é porque é que se reduzimos ainda agora o período de transição de seis meses para trinta e um dias, porque é que não se acrescentou catorze dias a esse período de transição? E assim deixava de haver necessidade deste ponto. Não, deixava, deixava, porque ó senhor vereador era muito simples, deixava porque embora fosse a meio do mês, o contrato poderia perfeitamente se reduzirmos o período de transição de seis meses para os trinta e um dias, poderíamos ter acrescentado aqui uns quantos dias para que não houvesse este interregno. -----

----- A questão é tanto mais evidente, pelo menos a pergunta é tanto mais evidente quanto para responder aqui à necessidade da prorrogação do contrato, foi necessário pedir um parecer jurídico e, portanto, não foi por acaso, foi porque haveria dúvidas, nomeadamente aqui em termos de possibilidade de haver uma nova prorrogação, se ela iria de encontro ou não ao que está na lei. Pronto. Eu sei, o senhor vereador está a apontar para o parecer, eu tenho aqui o parecer, enfim, não pondo em causa quem fez o parecer e o teor do parecer, não vou fazer isso, mas isto é o que é, quer dizer, qualquer pessoa até pode ter um entendimento diferente e nomeadamente aqui saber a questão da contagem dos prazos para efeitos de exceder aquele período, se está previsto na lei para as prorrogações sucessivas do contrato. Eu não vou entrar nessa questão jurídica, porque... aliás, já sei que depois o executivo vai remeter para o parecer e vai dizer que está suficientemente confortável com o parecer que nos entregou aqui, com a documentação e, portanto, não vale a pena, por mais que estejamos aqui a discutir e a dirimir aqui entendimentos sobre isso, não vamos chegar a conclusão nenhuma, cada um fica com a sua opção. A pergunta que deixava era, porquê no ponto anterior em vez de se encurtar o período de transição para os trinta e um dias, porquê



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



não abranger logo este período de maneira que o contrato em vez de começar no dia 1 de agosto, começasse no dia 18 de julho. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, o Bloco de Esquerda, também já é a terceira ou quarta vez que vem aqui votar estas prorrogações, eu acho que estes anos todos que teve estas prorrogações, já estou ali como a deputada, a membro do PCP, acho que dava tempo perfeitamente para a Câmara internalizar estes serviços na Câmara Municipal através de uma empresa municipal, não tenho problemas nenhum em haver uma empresa municipal para resolver esse assunto. Nestes anos todos, os trabalhadores até podiam passar conforme os termos da lei, da Frota Azul para a nova empresa municipal do executivo, da Câmara Municipal, perdão e teríamos uma empresa e tínhamos os transportes agregados à Câmara Municipal, que podia trazer melhores benefícios aos cidadãos. Para não haver as bocas que se está a ouvir aí por um lado, nós temos a EMARP que trabalha bem, acho que também se tivéssemos uma empresa municipal de transportes públicos, também ia trabalhar bem. A empresa que também, que é da EMARP, que já há uma sucursal das multas e penalidades também trabalha bem, tem faturado muito, até neste último orçamento apareceu aí com uma grande taxa de execução. Eu acho também que nestes quatro anos, eu acho que foi falta de trabalho e mais uma vez uma falta de planeamento e de vontade deste serviço não ser da Câmara Municipal de Portimão. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que queria dar um esclarecimento. Senhor deputado Pedro Mota, eu posso tê-lo levado ao engano ainda agora. Há essa transferência, quando há um estabelecimento, no direito privado, mas do direito privado para o direito público, portanto de uma entidade privada, de uma pessoa coletiva de direito privado para uma pessoa coletiva, um ente público, já é diferente, já têm outros requisitos. Portanto, não quero levá-lo ao engano. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, eu por acaso já estive cá nesta Assembleia embora noutras funções, se fôssemos criar uma empresa municipal, lá vinha outra vez outras empresas de má memória, e se calhar o senhor deputado aí já não diria isto e, portanto, mas vou-me ficar por aqui senhor deputado, umas vezes dizemos uma coisa, outras vezes dizemos outra, é conforme. Então agora dava jeito e criávamos mais uma empresa municipal. -----

----- Se o criássemos, já estávamos aqui contra também, portanto senhor deputado, vou-me ficar por aqui, o senhor tem a sua ideia e eu tenho a minha. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Senhor deputado João Caetano. O que foi visto pelo executivo e o que quisemos trazer aqui o parecer, era tanto a nível de executivo, como a nível dos senhores deputados, para podermos suportar aqui a decisão que íamos tomar e foi por isso que fizemos o parecer e fizemos questão de o juntá-lo. Também já tínhamos visto senhor deputado, que começar a operação a meio do mês não fazia sentido nenhum, até porque os passes são mensais, íamos criar aqui um grande transtorno às pessoas e, portanto, também foi visto isso senhor deputado e, portanto, foi por esse assunto que o fizemos, e eu sei que o senhor deputado agora vai arranjar outra volta qualquer. Pronto, mas então queria, as pessoas tinham que ir entrar noutro modelo, mas senhora Presidente, de resto é tudo. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada "Coligação Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que defende a resposta que ouviu do senhor Vice-Presidente, isto não é uma questão de acerto com o calendário do cliente. Portanto, foi isso [impercetível 1:44:35-1:44:44], se calhar foi essa a questão [impercetível 1:44:46-1:45:13]. Se calhar era mais do ponto de vista procedimental, indicar o que é mais correto, porque evitaria aqui que se levantassem dúvidas que são enfim, de alguma forma, eu vou dizer simpaticamente, são de alguma forma [impercetível 1:45:32-1:45:37], se chegam ou não três anos, se é preciso discutir se, temos aqui dois anos como tempo limite o número de prorrogações no contrato, por aí fora. Portanto, eu parecia-me a mim que era uma questão mais simples, e do ponto de vista do operador também, não sei se do operador será assim tão complexo, e um passe para catorze dias e depois [impercetível 1:46:06-1:46:08) e, portanto, nós aqui na bancada não vimos, continuamos a manifestar reservas em relação a este modelo expressas na ata da Assembleia de 7 de janeiro deste ano sobre o assunto, e continuamos a manifestar as mesmas reservas no modelo que foi aqui arranjado para fazer aqui o ajuste direto para esta melhoria de contrato antes da concessão que vai entrar em vigor no dia 1 de agosto, digamos. Consideramos aqui que do ponto de vista jurídico e do ponto de vista procedimental, não foi obviamente não foi o melhor [impercetível 1:46:45:146:54]. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, então, ouvindo aqui esta explicação que o senhor Presidente deu, ou reforçou, obviamente que a problemática da organização tem a ver também com esta questão dos passes mensais. Portanto, se essa problemática existia, a minha questão, deixa-me alguma dúvida, é, qual é a significância em termos de custo que a aquisição desses passes mensais justificam, que obrigam exatamente a este ajuste direto que os senhores aí falam. Portanto, se não há essa noção, provavelmente se calhar, se isto negociado com responsabilidade total da Câmara, da autarquia,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ou por parte do operador, se calhar deveria ser trabalhado isto de forma diferente. É a conclusão que eu chego, não sei se partilha da mesma opinião. -----

----- Senhora Presidente, eu lancei aqui um desafio e ainda não vi a resposta, que é a criação de uma comissão de acompanhamento.-----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto2. b)** Discussão e votação da proposta de autorização para a celebração, por parte da Câmara Municipal, da Prorrogação do “*Contrato para Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular por modo Rodoviário no Município de Portimão*” - **Contrato nº1/2022**, ao abrigo da alínea p) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09 – Autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais - **Deliberação de Câmara nº 490/22**, tendo sido obtido o seguinte resultado:

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO O + FELIZ (*)	[	CDU (PCP /PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENT E	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	1	0	16
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	3	2	2	1	0	0	13

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadros, por motivos de saúde. -----

-----**Foi aprovada, por maioria**, a proposta de autorização para a celebração, por parte da Câmara Municipal, da Prorrogação do “*Contrato para Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular por modo Rodoviário no Município de Portimão*” - **Contrato nº1/2022**, ao abrigo da alínea p) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09 – Autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais - **Deliberação de Câmara nº 490/22**.-----

----- Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram vinte e três horas e trinta minutos, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 4ª Sessão Extraordinária de dois mil e vinte e dois, realizada no dia catorze de julho, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos não foi rececionada resposta por parte da Câmara Municipal. -----

E eu, Telma Maria Nunes Matias _____ Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Isabel Andrez Guerreiro)

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)

2º Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

(Sheila Gassin Tomé)